

UNIÃO SAGRADA PELO BRASIL: LEOPOLDO PÉRES E A CONSTRUÇÃO IDEOLÓGICA DO ESTADO NOVO NO AMAZONAS (1937)

SACRED UNION FOR BRAZIL: LEOPOLDO PÉRES AND THE IDEOLOGICAL CONSTRUCTION OF THE ESTADO NOVO IN THE AMAZONAS (1937)



MONIZE MELO DA SILVA CHAVES⁵⁵

Resumo

Às vésperas da eleição que ocorreria em 1938, e cuja movimentação era sentida em todo o país, o então presidente Getúlio Vargas, aproveitando-se do clima político efervescido pelo “fantasma do comunismo”, impôs, no dia 10 de novembro de 1937, um golpe de Estado que permaneceria vigente até 1945. Para legitimar a ditadura, a atuação da propaganda (por meio do DIP) e de diversos intelectuais dos mais diversos setores foram essenciais. Leopoldo Carpinteiro Péres foi um desses homens a atuar na construção do Estado Novo no Amazonas. Sua prática se dava através da publicação diária no jornal *A Tarde* e de discursos transmitidos nas rádios. Assim, a presente pesquisa buscará analisar a atuação intelectual de Leopoldo Péres na construção ideológica do Estado Novo passando por três esferas de sua produção difundidas no jornal *A Tarde*: 1. O anticomunismo; 2. a exaltação à figura de Vargas e; 3. a sua ideia de democracia.

Palavras-chave: Leopoldo Péres; Estado Novo; Amazonas republicano; Getúlio Vargas; produção intelectual.

Abstract

On the eve of the election that would take place in 1938, and whose movement was felt throughout the country, the then president Getúlio Vargas, taking advantage of the political climate stirred up by the “ghost of communism”, imposed, on November 10, 1937, a coup d'état that would remain in force until 1945. To legitimize the dictatorship, the work of propaganda (through the DIP) and several intellectuals from the most diverse sectors were essential. Leopoldo Carpinteiro Péres was one of these men who worked in the construction of the Estado Novo in Amazonas. Its practice took place through daily publication in the newspaper *A Tarde* and speeches broadcast on the radio. Thus, this research will seek to analyze Leopoldo Péres intellectual performance in the ideological construction of the Estado Novo, going through three spheres of his production disseminated in the newspaper *A Tarde*: 1. Anti-communism; 2. exaltation of the figure of Vargas; 3. his idea of democracy.

Keywords: Leopoldo Péres; Estado Novo; Republican Amazon; Getúlio Vargas; intellectual production.

⁵⁵ Bacharela em Direito pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. Graduanda em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Membro do Laboratório de Estudos sobre História Política e do Trabalho na Amazônia - LABUHTA (UFAM) e do Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (CNPq/UERJ). Membro da equipe editorial da Revista de Pós-Graduação de História da UFAM - Canoa do Tempo e da equipe editorial da Revista Discente do curso de História da UFAM - Manduarisawa. Servidora Pública na Secretaria de Educação e Desporto do Amazonas - SEDUC. E-mail: monize.chaves@seduc.net.



Introdução

E se todos os outros aceitassem a mentira imposta pelo Partido – se todos os registros contassem a mesma história –, a mentira tornava-se história e virava verdade. “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado”, rezava o lema do Partido.

George Orwell

Durante o Estado Novo, a participação de intelectuais foi constante e permeou diversos setores da sociedade (Bomeny, 2001, p. 16), da educação à arquitetura, da burocracia estatal à construção ideológica e propagandística. As mudanças nas estruturas sociais transformaram a maneira de pensar e fazer política. A perspectiva de aprender a lidar com a massa que se formava transporta aos discursos certas tendências na construção das estruturas persuasivas dos discursos dos políticos, e seus prepostos, às massas (Oliveira, 2001, p. 41).

Leopoldo Carpinteiro Péres foi um dos intelectuais que promoveu boa parte das questões que permeavam os interesses do governo Vargas no Amazonas. O colunista, cujos escritos são objetos de análise desta pesquisa, era pernambucano e aos seis anos de idade veio para cidade de Manaus, onde constituiu o restante de sua vida. Formou-se em Direito na Faculdade de Direito do Amazonas, foi professor em escolas tradicionais de Manaus e, em 1934, atuou na realização da Constituição do Estado, enquanto membro da Assembleia Constituinte estadual, e permaneceu no cargo de deputado estadual até o ano de 1937, quando foi instaurado o Estado Novo (CPDOC, FGV, s.d.). Seu exercício no jornal A Tarde, durante o ano de 1937, foi marcado pela realização de uma coluna diária, composta por três parágrafos, sempre subscrita, que ocupava boa parte da primeira página e contrastava com as demais colunas diminutas e não nominadas ao seu redor.

A importância dos estudos através dos periódicos, para além da difusão do pensamento de um grupo social dominante, também se faz relevante para desvelar a difusão das ideologias políticas dos regimes autoritários que muito se utilizaram dos jornais para atingir à população. Além disso, permite analisar, a difusão de ideias como o anticomunismo no Brasil (Luca, 2008, p. 128).

Assim sendo, neste trabalho será utilizado o jornal A Tarde do ano 1937⁵⁶, no qual Leopoldo Carpinteiro Péres publicava diariamente, de segunda a sábado realizando,

⁵⁶ Embora o presente trabalho se concentre apenas no ano que inaugurou sua publicação (1937), o periódico teve uma existência longa. O período escolhido para análise se justifica por ter sido 1937 o período de atuação de Leopoldo Péres como colunista diário no referido jornal.



assim, a análise dos debates trazidos pelo intelectual na difusão dos ideais do Estado Novo para a população amazonense. O vespertino em voga, começou a ser veiculado em fevereiro de 1937, contendo, normalmente, quatro páginas nas quais “apresentavam suas pautas, valores e posicionamentos político-filosóficos” (Abreu; Vasconcelos, 2022, p. 33).

De cunho político-filosófico conservador (Abreu; Vasconcelos, 2022, p. 32), o jornal A Tarde lançou-se à sociedade amazonense balizando campanhas e movimentando a cidade dentro dos seus espectros políticos e sociais, como o caso das comemorações do primeiro de maio que foram mobilizadas pelo jornal. A celebração do dia do trabalhador lança luz sobre a percepção trazida por Heloísa Cruz e Maria Peixoto (2009, p. 258) de que os jornais não apenas emitem opiniões, mas as mobilizam; constituem-se atuando ativamente na sociedade em que se inserem.

Pensando nessa linha, percebemos que apesar da atuação de Leopoldo Péres não está cotada entre os primeiros grandes nomes que surgem ao tratar das propagandas estado novistas, ela não pode estar dissociada desse grupo ou ter sua importância minimizada. A vasta produção constituída por ele e a força que representava seu nome, visto que a prática de assinalar as colunas escritas em jornais não era praxe na época, como é possível analisar observando a falta da autoria nas diversas outras colunas dos jornais, propicia conjecturar o grau de importância que Leopoldo Péres exercia no meio social amazonense. Dentre os temas tratados pelo intelectual, é possível elencar democracia, religião, comunismo, unidade nacional, economia, cultura, entre diversos outros temas.

Entre eles, encontram-se os assuntos pertinentes a esta pesquisa, conforme é possível ver na coluna “poços de caldas”, publicada no dia 26 de fevereiro de 1937. Muito embora os dois primeiros parágrafos dessa referida coluna tenham sido para destilar o seu desafeto pelo cenário político nacional – por considerar que a política brasileira estava imersa nos mesmos problemas de conchavos tal como era antes da revolução de 1930 – o seu último parágrafo é destinado a propor uma solução ao problema vivenciado. O líder à frente das mudanças esperadas? Getúlio Vargas. Nas palavras de Leopoldo Péres:

O chefe civil da Revolução tem o senso agudo da responsabilidade e do equilíbrio, e não concorrerá, estejamos certos, tanto lhe caiba na autoridade e no patriotismo, para que a luta de facções, ou de grupos regionalistas, venha de novo a dividir a Nação, abalando-a nos fundamentos de sua economia da ordem política que se procura consolidar. E com tanta maior razão quanto é insofismável que o país atravessa a fase mais delicada de sua existência, de maneira a reclamar dos seus dirigentes um máximo espírito público, desprendimento e transigência, no interesse não apenas da democracia, que

espontaneamente se transforma, mas da própria unidade substancial do Brasil e dos seus altos destinos (A Tarde, Manaus, 26 fev. 1937, p. 1).

Há, nas palavras do autor, três pontos de grande valia a serem analisados. O primeiro que segundo Leopoldo Péres, existiam grupos regionalistas que poderiam vir a segregar novamente a pátria, e, é nisto que reside um dos problemas que outrora incomodavam os revolucionários de 1930 e que, naquele momento, seria necessário evitar. É, então, a partir deste problema que se abre margem ao segundo ponto de análise: a exaltação à figura de Vargas. Assim, estabelecido o problema que devia ser superado – a segregação regionalista –, o autor, além das adjetivações positivas imputadas ao então presidente, colocava-o como aquele capaz de suplantar os problemas da sociedade brasileira mostrando seu alinhamento e sua confiança na pessoa do presidente.

Conforme explica Maria Helena Capelato (2009, p. 278), “o papel do líder e sua relação com as massas constituem uma das características mais marcantes na política de massas. As mensagens propagandísticas indicavam que a tarefa do chefe era proteger as massas, cabendo a elas venerá-lo e apoiá-lo”. Assim, a ideia de Leopoldo Péres já no começo do ano de 1937 era de confiança no líder que geria a nação, pois ele seria aquele capaz de defender a sociedade dos algozes que sondavam a sociedade brasileira.

O terceiro ponto que é observável na coluna é o possível prelúdio do que viria a ser ideia de “democracia” difundida por Péres na vigência do Estado Novo. A coluna analisada foi escrita em fevereiro de 1937, ano precedente às eleições estabelecidas na Constituição de 1934, e em que estava vigente o estado de sítio que concedia amplos poderes ao presidente (Skidmore, 2019, p. 58). É nesse contexto com a concentração de poder de Vargas que a ideia de “democracia, que espontaneamente se transforma” pode ter sido imaginada e estendida até o momento do Estado Novo, em novembro daquele ano. Para Leopoldo Péres, a mudança que se buscou em 1930 obliterava a vontade de permanecer nas mesmas problemáticas que viviam antes da revolução e, com isso, ratificava a necessidade de mudanças, ainda que, para isso, as estruturas da democracia também mudassem, mas ainda permanecesse, na sua essência, igual, visto que teria o consentimento da maioria que, outrora, pugnou por mudanças.

Nesse texto publicado no dia 26 de fevereiro, é possível observar dois temas da tríade que compõe os objetos desta pesquisa, ficando de fora o anticomunismo que, no entanto, é uma ideia extremamente veiculada por Péres e que foi de grande valia na consolidação do regime, pois, conforme explica Capelato (2019, p.121), este foi um dos





temas muito abordados, de modo geral, na campanha para o fortalecimento do regime, visto que o comunismo era considerado um dos maiores perigos à sociedade brasileira.

Então, através deste prelúdio, inicia-se a jornada por meio da compreensão das ideias de Leopoldo Péres, que serão analisadas no seguinte itinerário: primeiro abordaremos o assunto mais explorado de Péres – o anticomunismo; posteriormente, a ideia que o colunista tinha de Getúlio Vargas, e sua importância no cenário político da época; e, por fim, o acompanhamento da construção da ideia de “democracia” do intelectual.

“A peste de Moscou”: o comunismo para Leopoldo Péres

Conforme Maria Helena Capelato (2009, p. 57) expõe, “no Brasil de Vargas, o comunismo foi o grande catalisador de sentimentos que mobilizam temores de desintegração da sociedade e instauração do caos. As representações negativas em torno desse elemento foram muito fortes”. Esse tipo de mobilização também foi sentido no Amazonas por meio – mas não somente – das colunas diárias de Leopoldo Péres no jornal A Tarde.

Nos dias 10 e 11 de março de 1937, Péres devotou-se, pela primeira vez no periódico, a falar sobre o comunismo. As tratativas do autor sobre o assunto ainda não o colocavam como um problema para o Brasil especificamente, mas o apresentou como um transtorno a nível global. Adjetivações como “a doutrina da destruição do mundo” – utilizada por Adolf Hitler e reiterada pelo colunista - e “o vírus soviético” (que é possível interpretar tanto como sendo uma “doutrina parasita”, como uma “doutrina de alto grau de contágio”, dentro desse contexto) são utilizadas para explicar a “ideia russo-bolchevista” por meio de elementos que destilam a visão negativa que o autor possuía sobre o comunismo⁵⁷.

No período em que as colunas foram escritas (1937), distintos países europeus passavam por uma disputa ideológica entre fascismo e comunismo. Eric Hobsbawm (1995, p. 120) explica que a aliança entre centro e esquerda engendraram uma vitória eleitoral de viés socialista tanto na França quanto na Espanha. Nesse cenário, Francisco

⁵⁷ No Amazonas, as ideias que remetiam ao imaginário negativo sobre o comunismo não se fechavam apenas na figura de Leopoldo Péres. O trabalho de construção de um ideal pejorativo sobre o comunismo e os comunistas perpassavam diversos jornais e autores amazônicos; Leopoldo Péres estava incluso nesse processo e, nessa conjuntura, era tanto inovador como replicador das construções negativas em torno das imagens criadas pelos intelectuais a respeito das ideias bolchevistas. Ver: ABREU, Davi Monteiro. “Tudo é medíocre e feio na URSS”: representações anticomunistas na imprensa amazonense (1935-1937). *Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 408-435, 2020.



Franco aparece representando a oposição espanhola e o anticomunismo, angariando, assim, o apoio majoritário da Igreja católica. Na França, a afinidade com o comunismo apareceu na figura de Leon Blum, “o primeiro governo francês encabeçado por um socialista”.

É dentro desse contexto que em sua coluna Péres escreveu:

E a França, a França conservadora e burguesa, a França eterna, flor da sensibilidade do meio-dia, expressão suprema do gênio latino e da civilização ocidental, transforma-se na França das frentes populares de Léon Blum, aliando-se ao urso branco das estepes, fraternizando com os ‘scelerados’ que destroem na Espanha, em sacrilégios inauditos, os fundamentos de uma nacionalidade cristã, abrindo, afinal, no corpo dessangrado e no espírito inquieto da Europa, a brecha através da qual rolará a avalanche vermelha! (A Tarde, Manaus, 10, mar. 1937, p. 1).

Como dito anteriormente, por mais que as colocações de Péres ainda não estivessem tratando do comunismo no Brasil, acenavam para a visão negativa que o escritor tem sobre a ideologia, e que se constrói – não apenas, mas também – na ideia de que o “vírus soviético” deteriora os ideais cristãos, tanto na Espanha quanto na França, a qual, a esta, designava uma posição de elevado prestígio dentro das concepções de civilidade.

Ainda nesse sentido, e a complementar o já exposto por Hobsbawm, Leopoldo Péres se pôs a falar do comunismo na perspectiva europeia mais duas vezes no mês de março; seus escritos a respeito das situações correntes na França e Espanha focavam a guerra espanhola de Franco contra o comunismo, e, ao tratar da França, ratificavam sua ojeriza pelo comunismo.

(...) não será, por certo, apenas contra os mineiros asturianos que estarão combatendo as vanguardas do general Franco, senão, principalmente, contra as hordas sinistras despenhadas de Moscou, e utilizadas pela demência dos desvairados que se apoderaram do governo da Espanha, não somente na destruição do patrimônio material e espiritual inestimável de uma grande nacionalidade, mas também no assédio aos fundamentos mesmo da ordem ocidental e da civilização cristã (A Tarde, Manaus, 17, mar. 1937, p. 1).

Objetivando o panorama soviético da Europa, em duas ou três notas anteriores, procurei deixar bem evidente o paradoxo franco-soviético. E mostrei como a França de Carlos-Magno e de Joanna d’Arc, simbolização suprema da latinidade e da ideia cristã, não se poderia acumpliciar com os novos bárbaros de Lenine e Stalin. Para fazê-lo, fora necessário repudiasse toda a sua tradição gloriosa todos os foraes de sua inteligência, de sua sensibilidade e do seu gênio (A Tarde, Manaus, 24 mar. 1937, p. 1).

Traçando um paralelo entre as duas citações das diferentes colunas, é possível observar que na primeira Leopoldo Péres tratou da Espanha no combate ao “vírus”, quando este já deixou seus rastros: de forma reativa, a Espanha de Franco lutava contra a



destruição causada pelo “vírus” comunista. Enquanto na segunda, ao falar sobre a França, tratava de toda a integridade e grandeza que o país possuía e da qual, ao aliar-se aos “ideais moscovitas”, passivamente, esvaía-se, como se estivesse perdendo as qualidades que tinha.

Neste ínterim, Péres abriu margem para a difusão de duas ideias: a primeira é de que se aliar aos ideais comunistas é um retrocesso; as colocações do autor ao lastimar o ocorrido com a França e propor um “repúdio” à sua tradição gloriosa remetem à ideia de retorno à barbárie. A segunda ideia é a de necessidade de luta e enfrentamento da ideologia que, em sua visão, ameaçava os ideais cristãos e que cujas “finalidades de expansão e absorção universais” não se podia ignorar (A Tarde, Manaus, 24 mar. 1937, p. 1).

Ainda em março, o colunista se propôs a tratar sobre o comunismo na sociedade brasileira. Se em suas colunas sobre os países europeus Leopoldo Péres trata o comunismo tal qual um vírus, quando o intelectual volta suas análises para o Brasil, trata-o como um câncer. Suas colocações asseguram que o comunismo ainda está entranhado na nação brasileira da seguinte forma:

O carcinoma soviético continua a deitar raízes por entre o organismo da Nação, teimando em apodrecer-lhe e dissociar-lhe os tecidos vivos, a prova está nos fatos contristadores que se têm verificado no recinto do Tribunal de Segurança. O cancro não foi ainda extirpado. Trabalham na sombra os agentes da III Internacional. A Komintern não tira de sobre nós o olho de Moscou. Sente-se, latejando aqui e ali, o processo infeccioso. E no combate-lo se reclamam mobilizadas todas as reservas denossa vitalidade, todas as milícias fagocitárias da saúde nacional. Porque é um problema de vida ou de morte (A Tarde, Manaus, 24 mar. 1937, p. 1).

O jogo de palavras sempre colocava as nações – seja a brasileira ou as europeias – como um organismo vivo que está a ser atacado – por um vírus ou por um câncer –, e dentro dessa analogia cabia a todos a atuação como os “anticorpos” ou os “remédios” que remediar o poder do mal que se alastrava com potencial agigantado de destruição. As palavras de Péres alarmavam na mesma medida que tentavam encorajar para uma atuação reativa ao que ele acreditava ser o grande mal à sociedade cristã e à civilização: o comunismo.

O início do mês de maio é marcado pelo Dia do Trabalhador, e para Leopoldo Péres um dia para inserir na sua coluna as devidas saudações à classe trabalhadora e tecer, junto a isso, propaganda anticomunista. Péres não apenas parabenizou o proletariado brasileiro por não se envolverem com os ideais bolchevistas – até porque o partido foi desmantelado e seus membros presos após 1935 (Abreu, 2019) –, mas também os advertia



para que não o fizessem, alternando-se em suas colocações entre a admiração e a repreensão. O anticomunismo do colunista traz consigo uma carga de exaltação à “democracia cristã”, o uso contínuo e metafórico da nação brasileira como um corpo biológico, o comunismo uma “peste”, e, ainda, uma estratégia comparativa (negativa) com as sociedades europeias adeptas à ideologia.

Aspirando ao advento de um regime de justiça social, dentro nas fronteiras de uma democracia cristã, cedo compreendestes o não-senso sociológico da luta de classes, que lança no coração dos homens o fermento infecundo do ódio. Assim, refugindo o ominoso preconceito marxista, ficastes imunizados ao contágio da peste de Moscou. E ainda bem, para o Brasil! (A Tarde, Manaus, 1 maio 1937, p. 1).

Ao traçar a estrutura comparativa com os países europeus, Leopoldo Péres, para reforçar seus argumentos contra o comunismo, se apropriou da experiência do autor francês André Gide⁵⁸, que era adepto da ideologia comunista até viajar para União Soviética. Todavia, Péres não limitou a experiência de Gide a apenas esta passagem argumentativa, utilizando-a para tratar da mesma temática posteriormente, ainda no mesmo mês, por mais três vezes, momento em que fez análises sobre o rompimento de Gide – ou não – com a ideologia comunista, e com as quais trouxe uma nova nomenclatura ao comunismo: “a ideologia satânica de Moscou” (A Tarde, Manaus, 13 maio 1937, p. 1).

Para além das adjetivações negativas que permeiam o fervor anticomunista de Leopoldo Péres, as análises da experiência de Gide expõem ao leitor a ideia do que foi e o que deveria ser o comunismo para o autor francês. O colunista utilizou-se da experiência de Gide para justificar que seu apego ao comunismo estava centrado em um ideal inalcançável, utópico. A experiência de Gide, conforme a análise de Péres, foi “o desfecho lógico e comovente de um ciclo de perplexidades a desdobrar-se na angústia de assimilar os valores evangélicos e, por outro lado, na dolorosa incapacidade de ver o evangelho que onde na realidade se encontra, a saber, na ordem da vida eterna” (A Tarde, Manaus, 14 maio 1937, p. 1). Ainda de acordo com Péres, a cisão com os ideais comunistas não estava, de fato, consumada, visto que seu desgosto para com a experiência bolchevista estava atado ao que era: uma ditadura de um homem só (A Tarde, Manaus, 15 maio 1937, p. 1). Porém, não estava cindida nos apegos utópicos do autor francês.

⁵⁸ André Gide foi um autor francês, laureado com nobel de literatura em 1947, e escreveu também o livro “Retour de l’URSS”, em que fala sobre a experiência da visita realizada à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, no qual Leopoldo Péres se inspira para escrever.



Assim, a trilogia da análise “gidesca” (termo do colunista) finda na ideia de que o comunismo é uma utopia passível de ser atingida apenas na vida após a morte, e quando se tenta atingi-la na realidade, ela se transforma em tirania que acaba por ofender a natureza humana – visto que ofende os direitos e garantias fundamentais – e a Deus. Péres termina a sua análise deixando sua indagação ao leitor, instigando-os: “haverá ainda quem possa duvidar que, antes de ofender a Deus, a barbárie moscovita é um atentado à própria personalidade humana, nos atributos essenciais que dignificam a espécie?” (A Tarde, Manaus, 15 maio 1937, p. 1).

Era habitual a Leopoldo Péres ao tratar sobre o comunismo abordar as situações que aconteciam na Europa: a guerra civil espanhola, a ascensão de adeptos da ideologia ao governo francês, o tratamento dispensado à ideologia comunista pelos governantes autoritários – principalmente nos casos alemão e italiano. Suas colocações a respeito da “ideologia vermelha” no Brasil geralmente são pinceladas retratando o cenário político e a necessidade de um governo forte que pudesse impedir o fortalecimento daqueles que são afetos ao comunismo. No entanto, de fato, as colocações mais acaloradas são, na maioria dos casos, abordando o continente europeu. Assim, em uma de suas colunas referindo-se a temática, Leopoldo Péres explicava sobre a situação do que ocorria no cenário Espanhol da seguinte forma:

O que ali está ocorrendo não é apenas, e todos percebem, uma guerra-civil, decujos resultados se possa o mundo alheiar. É o reencontro decisivo de dois sistemas, de dois postulados sociológicos, de dois métodos econômicos, de duas concepções, diametralmente adversas, da vida e do homem, do universo e da cultura (A Tarde, Manaus, 8 jun. 1937, p. 1).

A comparação feita pelo colunista coloca sob perspectiva que a guerra travada na Espanha não é senão a busca pelo retorno ao sistema que mantém a ordem, a cultura, a fé, e todos os postulados morais de uma sociedade civilizada. Descrever a busca pelo retorno ao sistema anterior – ou um sistema novo, mas anticomunista – e o próprio comunismo como antagônicos é reforçar a ideia de um como bom e outro como maligno, não podendo haver a coexistência de ambos para uma sociedade saudável e dentro dos padrões sociais respeitáveis em uma sociedade civilizada.

Coadunado com toda sua repulsa ao comunismo e por causa dela, Leopoldo Péres também se propôs a formular possibilidades para combatê-lo. Assim, o colunista sugeriu uma força tarefa internacional, com a união dos povos que se adequassem à civilidade e à fé cristã, para uma guerra contra o comunismo e, caso essa ideia fosse demasiadamente



agressiva aos direitos das gentes, a outra alternativa – mais branda – seria manter um pacto higiênico que isolasse o comunismo dos países vinculados.

Sou dos que propugnariam a necessidade, clamorosa e impreterível, de uma coalizão internacional para liquidar de vez o bolchevismo. A meu ver, os povos que se reconhecem depositários, ou garantes, do insequestrável da cultura mediterrânea cristã deveriam empreender, juntos, como resultado de um grande pacto de segurança coletiva, uma cruzada de inexorável demolição contra os formigantes redutos da barbárie tartaresca. Ou, quando isso não se tornasse possível, - já não digo por especiosas considerações do direito das gentes, que é hoje, mais do que nunca uma fantasia pueril, mas de fundo humanitário atentos aos sacrifícios que a empresa naturalmente exigiria, - que se estabelecesse, ao menos, um cordão higiênico intransponível, de modo a isolar do universo civilizado a contagiante infecção soviética (A Tarde, Manaus, 15 jun. 1937, p. 1).

Nesse mesmo sentido, Péres explanou a situação de pacto político entre Alemanha e Itália que visava atuar contra o desenvolvimento do comunismo e, de acordo com sua tese, explicava que os dois países não buscavam emergir uma guerra com fins em si mesma, mas procuravam frear o comunismo de se alastrar pela Europa. Dessa forma, se França e Inglaterra – que se encontravam inertes às necessidades contemporâneas⁵⁹ – se unissem aos ideais de Itália e Alemanha, “todas as dificuldades que enchem de sombras o horizonte da Europa, por si mesmas se resolveriam, apagando-se de pronto a perigosa fogueira peninsular” (A Tarde, Manaus, 3 jul. 1937, p. 1), fazendo cessar a necessidade de guerra entre países europeus, pois suas forças estariam voltadas para outra batalha.

Deixando de lado o avanço do comunismo a nível internacional, Péres se volta à realidade brasileira com muito vigor, principalmente a partir de setembro, quando a lembrança dos momentos vivenciados com o levante comunista em 1935⁶⁰ se intensificou.

O colunista traz à tona alertas sobre como os grupos atrelados ao comunismo comportavam-se e tentavam vincular os ideais comunistas aos ideais democráticos, utilizando o termo “democracia” para disfarçar a difusão das ideias comunistas; utilizou, para tanto, da imagem e a atuação de Domingo Vellasco⁶¹, que havia sido preso por estar

⁵⁹ Para o colunista, estavam inertes no sentido de não reagirem ao comunismo, estando, para ele, alheio às necessidades reais da sociedade daquele momento: frear o avanço comunista.

⁶⁰ Em 1935, uma série de rebeliões em diferentes cidades do país, sendo a inaugural a ocorrida em Natal - gerando um efeito cascata – influenciou a política nacional que, a despeito das diferenças nas atuações e nos fatos geradores que engendraram os levantes, movimentou o frenesi contra comunismo e abriu margens para a instauração do estado de sítio, culminando na prisão de supostos envolvidos com o comunismo e diversos opositores de Vargas. Ver: ABREU, Davi Monteiro. “Uma “pretensa intentona”: ANL, AIB e a cultura política anticomunista no estado do Amazonas (1935- 1937)”. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

⁶¹ Domingo Vellasco foi deputado federal, e em sua atuação na casa do povo, denunciava, em seus discursos, os comportamentos dos revolucionários de 1930 que, abandonando os ideais que os puseram no



envolvido com o comunismo (A Tarde, Manaus, 18 set. 1937, p. 1) e que em 1937 pregava em favor da democracia.

Essa estrutura de difusão anticomunista, que preconizava a necessidade de diligência e altivez diante aos articuladores do comunismo no Brasil, era muito basilar em suas colunas. Péres vociferava que “os ideais moscovitas” estavam impregnados na sociedade brasileira e atuavam silenciosamente, portanto, era preciso estar sempre alerta, ser providente, e, acima de tudo, ter um comportamento ativo diante da situação, visto que a omissão era também um modo de se posicionar a favor (A Tarde, Manaus, 25 set. 1937, p. 1).

Quando o Plano Cohen foi divulgado no final do mês de setembro, Leopoldo Péres não tardou em se pronunciar sobre assunto, colocando-se, é claro, a favor do estado de guerra que tinha se reinstaurado; e exclamando, em frases rebuscadas: “eu avisei” (A Tarde, Manaus, 2 out. 1937, p. 1). Além de avisar sobre a infiltração comunista no país, propiciada pela falta de prudência dos governantes liberais, explicitava que a sociedade brasileira careceria de uma medida pujante para o restabelecimento da ordem e eis que o momento para que tais condutas fossem tomadas havia chegado. O Plano Cohen⁶² animou ainda mais o fervor anticomunista de Leopoldo Péres. Suas colocações, sempre convocando ao desprezo e ao combate ao comunismo, continuaram com a força. O Plano Cohen foi visto como legítimo e dava suporte para a continuidade de seu trabalho na condenação do comunismo.

O procedimento percebido nas colunas a partir do mês de outubro é este: sempre que coubesse alguma forma de atacar o comunismo, Leopoldo escrevia; ainda que de forma secundária. Esse modo de operar do escritor foi comum até a constituição do Estado Novo; momento em que usou a realidade brasileira, então entendida como maculada pelas intenções dos comunistas, como justificativa para as atitudes do chefe da nação – apoiado

poder, tinham a intenção de apenas prostrar seus mandatos. O deputado também se posicionou contra a implementação do estado de sítio e, posteriormente, o estado de guerra. Foi preso sob pretexto de estar envolvido com a tentativa levante comunista. Conseguiu sua liberdade após arrolar provas de que os motivos que justificaram sua prisão eram falsos, além de contar com a ajuda de amigos influentes para esse fim. Ver: NASCIMENTO, Darlos Fernandes do. “De Goiás (GO) para o mundo: a atuação de Vellasco em defesa da democracia, do nacionalismo e dos trabalhadores”. In: Anais do Fórum Goiano de Pós-Graduação em História & XII Seminário de Pesquisa UFG/PUC, Goiás, p. 155-167.

⁶² O Plano Cohen foi um dos meios estratégicos de Vargas de se perpetuar no poder. O plano, publicado em 30 de setembro de 1937, tinha como conteúdo, conforme dito pelos envolvidos na organização do golpe, instruções para a atuação dos comunistas em uma insurreição, diretrizes essas vindas da Internacional Comunista. Com o subterfúgio de um perigo iminente de revolução comunista, Vargas solicita autorização para decretar estado de guerra, que viria ocorrer no dia 2 de outubro, sedimentando as bases para o estabelecimento do Estado Novo um mês depois. Plano Cohen. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen>. Acesso em: 25 ago. 2022.



pelos militares e outros grupos de dirigentes a níveis estaduais – em instaurar uma nova ordem que, através de Getúlio Vargas, guiaria a pátria brasileira em “uma solução enérgica, de autoridade e de ordem” (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1).

Ao pensar o comunismo no Brasil, Leopoldo Péres estabelece que Vargas não só seria capaz de combatê-lo, como já havia demonstrado que o fizera com grande proficiência. Um dos motivos pelo qual Péres compactuou, como antes já havia feito em suas colunas (A Tarde, Manaus, 17 jun. 1937, p. 1), com Vargas no contínuo da presidência do Brasil.

Getúlio Vargas: “o homem providencial”

A exaltação à figura de Vargas foi extremamente comum no período do Estado Novo. Conforme explica Capelato (1999, p. 171 *apud* Capelato, 1986), havia um esforço dos meios de comunicação de expressar o apreço por Getúlio Vargas geralmente feito por intermédio de frases de efeito. Péres não fugiu a esta regra, e ao tratar do então presidente, suas considerações geralmente eram no sentido de atribuir confiança nas capacidades de gerir a nação desempenhadas pelo chefe do Estado, situação recorrente mesmo antes do estabelecimento do Estado Novo.

Quando teceu suas críticas sobre a futura escolha para chefe do poder executivo nacional, Leopoldo Péres realçou “o conjunto de predicados indispensáveis ao fiel desempenho da melindrosa incumbência, a saber, o senso político, a habilidade, o tato diplomático, que de mister se tornam a quem se propõe, nada mais, nada menos, do que a restabelecer a ordem ao caos” (A Tarde, Manaus, 31 mar. 1937, p. 1). Esses seriam os atributos equânimes ao bom chefe de governo que o Brasil precisava, visto toda situação política brasileira – sobre a qual o colunista tecia diversas críticas – e o possível enxovalho comunista que o Brasil, em sua visão, estava prestes a sofrer.

Não eram todos que se adequavam a este rol de atributos; no entanto, aquele que já estava no poder possuía a habilidade de ter todas. Getúlio Vargas era, de fato, o coordenador capaz de dar um fim ao que o colunista tanto criticava no cenário político e capaz de frear a “consolidação do comunismo no Brasil”.

A exaltação feita por Leopoldo Péres pode ser constatada não apenas nas adjetivações positivas que atribuiu a Vargas, mas também na confiança depositada no presidente e assim como na defesa de sua leitura do cenário político nacional. Quando Getúlio Vargas fez colocações a respeito da disputa sucessória e gerou debates e divergências a respeito de suas colocações em diversas colunas jornalísticas do Brasil,



Péres fez seus comentários no sentido de dar ao então presidente a confiança na sua inteligência interpretativa e na sua sagacidade (A Tarde, Manaus, 4 maio. 1937, p. 1).

Além da confiança política, Péres também credita a Vargas uma ilibada conduta moral diante do enaltecimento de suas condutas políticas. No mês de junho é possível observar duas colunas em que Péres se utilizou da atuação do presidente para exaltar a rigidez e nobreza de seus posicionamentos políticos.

A primeira vez que isso ocorre, Péres fala a respeito do episódio da não prorrogação do Estado de Sítio, que ensejou o mandato de soltura daqueles que foram presos por vínculo ao comunismo; o que na interpretação de Thomas Skidmore (2019, p. 58) significava uma estratégia para incomodar seus opositores no Congresso, para Leopoldo Péres estava vinculado à equidade e justiça do presidente, além ainda do entendimento de que Vargas não se deixaria permear pela corrupção.

E quando os pescadores de águas turvas murmuravam que o Presidente passaria a beneficiar do pilão comunista, para garantir o prestígio de sua autoridade e justificar o discricionarismo de atos de força, com intuítos políticos, à margem da campanha sucessorial, eis que o senhor Getúlio Vargas manda esvaziar as masmorras e abolir a censura à imprensa, ao tempo em que julga chegado o instante de restituir a Nação à plenitude de sua vida constitucional, pela não prorrogação do estado de guerra (A Tarde, Manaus, 17 jun. 1937, p. 1).

Na segunda coluna do mês, Leopoldo Péres defende Vargas por seu discurso aos integralistas, quando anunciaram a candidatura de Plínio Salgado. Acontece que os integralistas possuíam um viés político autoritário e isso causava incômodo àqueles que defendiam a democracia nacional. No entanto, contra aqueles que contradiziam o comportamento do chefe da nação, Péres se posicionava: “digam o que disserem os gritadores, o presidente deu, mais uma vez, exemplo de perfeito liberalismo, de nobreza cívica e de elevação moral, que tranquilizam o Brasil” (A Tarde, Manaus, 17 jun. 1937, p. 1), renovando não apenas sua a confiança no Presidente da República, como também a certeza de que os comportamentos de Vargas estavam de acordo com a moral democrática e constitucional.

Verifica-se ainda que, se por um lado Leopoldo Péres criticou por diversas vezes a democracia liberal, por outro demonstrou apoio ao presidente a partir dessa mesma linha ideológica. Pode-se interpretar a exaltação ao liberalismo na perspectiva de apego às liberdades individuais, já a crítica à democracia liberal em uma perspectiva de pensar a democracia voltada a alcançar os fins egoísticos dos interesses individuais. Dessa forma,



Péres não mediu esforços para usar da mesma ideia para tecer críticas e elogios a depender da situação em que ela se enquadrasse.

Durante o processo de corrida eleitoral que se desenrolava no ano de 1937, com os poderes de Estado de Guerra conferidos ao então presidente suspensos pelo Congresso, uma das questões que geraram comoção no jornal A Tarde foi a possibilidade de intervenção de Getúlio Vargas no Estado do Rio Grande do Sul. Imerso no frenesi de opiniões – a favor e contra Vargas –, Leopoldo Péres lançou seu voto de confiança no então presidente explicando que, ainda que as atitudes futuras do presidente pudessem fazê-lo mudar de opinião, até aquele momento ela permaneceria intacta, pois sempre depusera segura “confiança na serenidade e no civismo de Getúlio Vargas” (A Tarde, Manaus, 10 jul. 1937, p. 1).

Leopoldo Péres que tantas vezes se demonstrara contra a prorrogação dos mandatos, arrematou, no findar dessa mesma coluna, que cria que Vargas apenas interviria no Estado do Rio Grande do Sul “a não ser com circunstâncias excepcionais, no interesse da ordem e da tranquilidade do Brasil” (A Tarde, Manaus, 10 jul. 1937, p. 1). A crença que Péres depositava em Vargas era no sentido de que o presidente só atuaria de forma tão extrema se houvesse de fato necessidade à ordem nacional.

Contudo, se algo nesse sentido viesse acontecer, Péres depositava em Vargas a confiança de que a ele deveria caber a continuação como chefe da nação. Não apenas por seu grandioso patriotismo e clarividência, mas porque o seu temperamento moderador, associado às suas outras qualidades, seriam ideais para que o Brasil mantivesse sua estabilidade política e social. Dessa forma, Leopoldo Péres creditava a Vargas que:

credenciado pelos títulos de benemerência que o recomendam ao apreço da Nação e, sobretudo, pelas virtudes aliciadoras do seu temperamento moderador, seria o Presidente o elemento necessário de equilíbrio, em meio ao entrecchoque dos grupos e ao deflagrar das paixões, impondo-se a prorrogação do seu mandato, ao imperativo incontornável das circunstâncias embora os óbices constitucionais na hipótese corrente (A Tarde, Manaus, 4 maio. 1937, p. 1).

Ainda nesse sentido, é possível observar, posteriormente naquele mesmo ano, a ambição do colunista, permeado de ânimo advocatício, de desqualificar os argumentos dos opositores políticos de Vargas que tentavam estorvar a continuidade do estado de guerra⁶³ baseado nas necessidades que faziam o regime de exceção e a

⁶³ Os opositores de Vargas viam o estado de guerra, justificado pelo Plano Cohen, como uma medida ardilosa para Vargas permanecer como presidente (A Tarde, Manaus, 13 out. 1937, p. 1).



atuação de Getúlio Vargas a justa medida para dirimir a “calamidade” exposta pelo Plano Cohen.

Leopoldo Péres, na sua construção de defender as manobras políticas de Getúlio Vargas, utilizou-se da estratégia de confirmar o apoio popular ao presidente. Essas colocações perpassam diversas colunas do autor e é possível notá-la, de forma contundente e bem demarcada, principalmente, na intitulada “o instinto da massa” com a tentativa de comprovar que o apoio da população ao então chefe do país – baseando-se no nos carinhos estendidos a Vargas no dia 07 de setembro daquele ano – testemunhavam uma adesão em relação à conduta do seu líder; adesão esta que estava fincada na atuação do presidente frente às necessidades da nação, e representava o “subconsciente das massas” (A Tarde, Manaus, 11 set. 1937, p. 1).

Getúlio Vargas seria, então, o homem providencial. Aquele que diante de situações de difícil transposição, tomava frente e atuava cautelosa e altivamente, a fim de solucionar os problemas que país atravessava. A exaltação à figura de Vargas aparece nos seus escritos na coluna do dia que abre o mês de novembro e cujo nome encabeça este tópico deste artigo. Nela, Leopoldo Péres busca evidenciar diversas atuações de Vargas durante toda sua carreira e para as quais o colunista dava relevância principalmente por conta da situação político-administrativa na qual estava o Brasil imerso.

Desde sua chegada ao poder por meio do movimento “revolucionário” de 1930 que representava a guinada para mudança que o país clamava, passando pelas capacidades mediadoras diante da guerra civil travada em São Paulo⁶⁴, até a sua atuação diante do levante comunista em 1935, Péres reforça a ideia por ele já exprimida reiteradamente de que Vargas era a pessoa certa para o momento em que o Brasil se encontrava, levando-o a argumentar que, diante de tudo, até os opositores de Getúlio Vargas estariam compelidos a reconhecer – mesmo que não fizessem – a sua proba atuação “pela evidência incontestável dos fatos” (A Tarde, Manaus, 11 set. 1937, p. 1).

⁶⁴ O estado de São Paulo, sentindo-se prejudicado o governo de Vargas, principalmente, com a centralização do poder, executa uma “revolução”. Ficando conhecida como Revolução Constitucionalista, o empenho na atuação movimentou a população civil massiva de São Paulo e contou, ainda, com apoio de lideranças de outros Estados. O conflito, que durou três meses, resultou na derrota do estado-membro. Contudo, o movimento foi exitoso no sentido de que Vargas procedeu com o processo de constitucionalização do país que culminaria na Constituição de 1934. Ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. “Os anos de 1930: as incertezas do regime”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). O Brasil Republicano; vol 2 – O tempo do nacional- estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 14-36.



Se as colocações de Péres em suas colunas, de modo geral, antes e durante o período do Estado de Guerra instaurado com a divulgação do Plano Cohen já o colocavam como apoiador das condutas e grande admirador de Vargas e que após a divulgação do falso plano comunista se intensificou, quando do surgimento do Estado Novo, essa premissa foi apenas reiterada vigorosamente, ao que passa a expor:

O senhor Getúlio Vargas, que se fizera a exponenciação máxima das esperanças totais do Brasil, simbolizando a advertência da ordem no cenário do tumulto generalizado, se voltavam de todos os quadrantes do país os apelos mais veementes, as mais angustiadas exortações no sentido de sua permanência, que setornara imprescindível à frente do governo (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1).

Diante de todos os fatos e qualidades, o colunista sustenta sua defesa assentando que a única opção possível a todos era “admitir a permanência do sr. Getúlio Vargas no poder de vez que essa era a solução patriótica para a crise que atravessamos” (A Tarde, Manaus, 11 set. 1937, p. 1). Dessa forma, Leopoldo Péres sustenta, após instauração do Estado Novo, o seu apoio ao novo regime. E o que seria, para o colunista, esse novo regime em que estariam vivendo?

“Um sistema em marcha”: a democracia orgânica

Para compreender bem a ideia de democracia que Péres constrói, é preciso remontar, em seus escritos, a momentos anteriores ao Estado Novo. A ideia de democracia orgânica por ele difundida não era uma criação exclusiva para a ditadura varguista, ela se consolidara nos pensamentos do escritor antes disso, mas geraram suporte para que, depois, passasse a defender – ou encaixar – o Estado Novo dentro desse ideal.

Para Leopoldo Péres a situação política brasileira estava imersa em um regime político estrangeiro – a democracia liberal –, portanto, estaria enfraquecido o nacionalismo de um país que se administrava politicamente através de um sistema externo, e que cujos esforços para superar os problemas sociais existentes estariam longe de se realizarem, já que pouco se buscava enxergar os processos brasileiros.

No Brasil, a grande verdade é que jamais se cogitou relacionar o fenômeno político com o fato sociológico. Adaptado ao país um regime de importação à margem das suas flagrantes realidades, esse fenômeno passou a verificar-se na forma de uma simples maratona eleitoral ao poder. O voto, uma ficção irrisória, que Monteiro Lobato traduziu no sarcasmo eruditíssimo do Jéca Tatu. E assim, na democracia, utilizávamos a política como a arte, a que se reporta Louis Latzarus, de fazer crer ao povo que ele governa... (A Tarde, Manaus, 12 mar. 1937, p. 1).



O autor continua o parágrafo criticando, ainda, o voto. É através da problematização do voto que Péres argumentou que a democracia era como um sistema que apenas ludibriava a população: fazendo com que ela acreditasse que o poder “emana do povo”, quando na verdade, não o faz, visto que o sistema não atingia às expectativas, no sentido de se adequar às necessidades nacionais.

É nesse debate – de entender a adequação das premissas com a realidade – que Leopoldo Péres atua na problematização da democracia: a sua objeção não é a democracia por si, mas a forma como ela é feita. A “democracia individualista” que Leopoldo Péres critica pode ser interpretada como uma democracia feita para poucos, que só busca os interesses de um grupo seletivo – as oligarquias – ou interesses individuais, sem olhar a coletividade.

No dia 25 de fevereiro de 1937, Leopoldo Péres rememora a Constituição de 1891, que aniversariava no dia anterior. Menções explícitas às questões como liberdade individual e as adaptações da democracia americana às características brasileiras permeiam suas colocações, bem como atribuem à legislação honra às conquistas dos direitos adquiridos outrora. Por outro lado, observa que a possibilidade de sua vigência seria factível até o momento em que as necessidades sociais se impuseram, imputando essas necessidades, que emergiram e desencadearam a “revolução de 1930”, decorrência do que ele expressamente chama de “democracia individualista” (A Tarde, Manaus, 25 fev. 1937, p. 1.).

É possível observar que, apesar de suas colocações expressarem extremo respeito pela antiga Carta Magna, diante do trabalho intelectual político e jurídico por ela trazido, demonstravam também a posição de Leopoldo Péres a respeito da insuficiência diante das demandas sociais que permeavam o cenário nacional. São notáveis as dissonâncias de Péres com o antigo regime político e o alinhamento do intelectual com os preceitos dos homens à frente da “revolução de 1930”.

É importante destacar que a democracia foi defendida por Péres em diversas colunas e de diversas formas diferentes. Exemplo disso pode ser visto quando o colunista tratava sobre a importância da Justiça Eleitoral e do voto secreto para consolidação da vontade do povo de forma transparente e recuperação na crença de dias melhores (A Tarde, Manaus, 30 mar. 1937, p. 1; A Tarde, Manaus, 18 jun. 1937, p. 1). Essas colocações mostram o apreço que ele tinha pela democracia, mas principalmente pelo que os interesses da população fossem, de fato, revertidos nas urnas. Logo, suas críticas



recaiam principalmente nos comportamentos dos representantes do povo e a falta de acomodação do regime às necessidades da sociedade brasileira.

O descontentamento com o cenário político pode ser observado de forma objetiva na coluna “Belezas da Democracia” (A Tarde, Manaus, 18 mar. 1937, p. 1), em que Leopoldo Péres propõe a tratar dos fatos ocorridos na Câmara dos Deputados. “Entre xingamentos e investidas corporais” – esta última sendo impedida por outros parlamentares –, a coluna deixava claro as desavenças ocorridas durante o debate na “casa do povo” que, segundo o mesmo autor, “são, o mais das vezes, episódios de caráter personalíssimo, que se repetem a cada instante e que, se não divertissem no picaresco dos desfechos inesperados de comédia, confrangeriam pela deselegância das atitudes, ou pelo desabrimento das palavras” (A Tarde, Manaus, 18 mar. 1937, p. 1).

Percebe-se que Péres não teceu críticas diretas à democracia nesta coluna, suas análises incidiam sobre o comportamento leviano dos parlamentares ao se portarem no exercício de seu dever representativo. É sobre isto que a ironia do nome da coluna de Péres recai: de beleza pouco se encontrava no comportamento daqueles que foram escolhidos para representar o povo, atingindo, dessa forma, indiretamente a democracia representativa. O peso dos eventos personalíssimos que pouco representavam as vontades da população brasileira, cumulando de vícios uma democracia a qual o colunista se mostrava avesso, desencadeou diversas críticas sobre o sistema vivenciado e sua necessidade de modificação.

Ao observar o cenário político brasileiro, Péres criticava como ele se encaminhava, principalmente quando acreditava que a democracia vigente na época estava parecida com a exercida na Primeira República e que estava permeada de vícios, a serviço de um grupo ou interesses individuais, que a “revolução de 1930” se propusera a superar (A Tarde, Manaus, 26 maio. 1937, p. 1), mas que, apesar das vitórias sociais atingidas, não conseguiu consolidar soluções perquiridas no momento da “revolução”, tendo o cenário político continuado a replicar os comportamentos dos interesses de poucos (A Tarde, Manaus, 13 nov. 1937, p. 1).

É tentando se afastar dessa democracia individualista que o colunista trabalha o seu entendimento de democracia da seguinte forma:

Mas a democracia que propugno, a democracia para a qual caminhamos (veja-se a distância enorme que vai da carta magna de 16 de junho ao estatuto básico, modelar mas romântico, de 91!) é a democracia tal qual a praticam os povos modernos, superiormente organizados – a democracia orgânica, expressão totalitária da Nação, válvula efetiva de todas as liberdades e de todos os direitos do indivíduo dentro na estrutura do Estado forte, cimentado na lei,

na disciplina e na hierarquia. Não transijo, porém, com as ditaduras de qualquer natureza, porque não tolero o despotismo, a violência ou a tirania (A Tarde, Manaus, 26, jun. 1937, p. 1).

Buscando trazer a compreensão sobre a criação da ideia de democracia no seu sentido substancial, Sahid Maluf (2019, p. 420) explica que ela, para esse segmento, não seria o fim em si mesma: não se faria democracia apenas para ser democrático, far-se-ia porque ela estaria enraizada nas necessidades do povo, assim “o governo poderá ser democrático quanto à sua origem, mas não o será quanto ao seu exercício. Ao contrário, o governo poderá originar-se de um golpe de força, e desenvolver-se de maneira substancialmente democrática”. É a partir desse modelo que muitos governos autocráticos europeus se utilizaram da nomenclatura “democracia” para defender que as suas atuações governamentais estavam de acordo com os interesses da população, ainda que seu advento não tivesse sido democrático.

Nesse mesmo sentido, Péres explanou o definhamento da democracia como se conhecia. Para ele a democracia estava passando por um processo de “evolução histórica” (A Tarde, Manaus, 28 jul. 1937, p. 1), cuja forma de origem surgiria de governo totalitário, mas que continuaria em sua essência democrático, pois as ações políticas do chefe da nação estariam em sintonia com as necessidades do povo. Um dos exemplos que usou para sustentar suas colocações foi o do ditador português António Salazar, a quem retratou dizendo que “Salazar – todos o sabem – constitui-se, na ponta ocidental da Europa, a barreira infrangível da democracia orgânica e da cultura mediterrânica contra a irrupção vandálica do comunismo” (A Tarde, Manaus, 7 jul. 1937, p. 1).

Para Leopoldo Péres, o Brasil também estava passando pelo mesmo processo e, naquele momento, já estava vivenciando outra fase da democracia, posto que, segundo suas colocações, “a constituição de 1934 não é mais liberal democrática, porém social-democrática” (A Tarde, Manaus, 28 jul. 1937, p. 1). Assim, os passos em direção às mudanças frente à democracia liberal e individualista, que o colunista tanto criticava, haviam sido dados, exemplificando as mudanças às quais os sistemas políticos estavam suscetíveis, conforme a concepção por ele defendida.

No entanto, se por um lado a mudança na Constituição de 1934 estabeleceria um novo ciclo da democracia, ao menos no mundo das ideias, o mundo real, por outro lado, mostrava uma continuidade no status quo, mesmo tendo sido as mudanças na Carta Magna de 1934 consequências – ao menos em parte – da “revolução” de 1930, a qual o colunista explicava ter sido uma “revolução de quadros e não de estruturas” (A Tarde, Manaus, 16 ago. 1937, p. 1).





É a partir dessas concepções – de mudanças idílicas que não transformam a prática – que se faz necessário entender a conjuntura das desilusões de Leopoldo Péres, através de suas colunas, para então executar a boa hermenêutica de suas colocações, conforme o próprio colunista preconiza (A Tarde, Manaus, 16 ago. 1937, p. 1) e entender o ponto nevrálgico de suas elucubrações.

Acontece que para Péres, apesar das mudanças terminológicas e dos quadros políticos, os problemas nos quais o Brasil estava envolto politicamente continuavam, no geral, iguais. As críticas à democracia, principalmente envolvendo o parlamento, permitem observar em qual ponto residiam suas dissonâncias. Assim, para que os problemas ora postos se modificassem, era preciso que se modificasse o sistema. A mudança do sistema, neste caso, não suscita a mudança de nomenclatura, tampouco a sua ideia central – o governo do povo –, mas de estruturas. A democracia orgânica – estrutura política que ligava as vontades do povo diretamente ao seu executor através da “racionalização da vontade geral” (A Tarde, Manaus, 29 jul. 1937, p. 1) – seria a nova forma de adequação das necessidades sociais emergentes, abandonando, dessa forma, as velhas problemáticas da democracia representativa e individualista que impediam o povo de alcançar seus objetivos comuns.

Essa estrutura permite perceber como Leopoldo Péres enxergava a mudança das democracias dentro das dinâmicas sociais como uma evolução histórica, visto que, para ele, as democracias vão sendo modificadas a partir das necessidades que as sociedades estabelecem⁶⁵, uma vez que os sistemas políticos “assim como as velhas árvores, possuem o privilégio e a fortuna de, a espaços, rejuvenescer” (A Tarde, Manaus, 16 ago. 1937, p. 1).

Sedimentando essas ideias basilares do pensamento de Péres, torna-se tangível compreender como ele comportou o golpe de Estado dado por Vargas na dinâmica da democracia orgânica que, segundo ele, seria a forma adequada de desenvolvimento do sistema dentro da lógica das realidades brasileiras, uma vez que cada país teria sua própria maneira de organicamente reorganizar suas democracias.

Relatando o evento que reuniu integralistas de variadas zonas contíguas à cidade do Rio de Janeiro, no intuito de prestar solidariedade ao presidente na luta contra o comunismo (A Noite, Rio de Janeiro, 1 nov. 1937, p. 17), Leopoldo Péres rejubila dizendo que tal ato estava:

⁶⁵ Para o colunista todas as nações poderiam alcançar a democracia orgânica, mas a atuação do representante do povo seria diferente a cada uma, visto que elas se adequariam às necessidades de cada população.



aspirando à transformação do regime atual, mas pelos métodos normais da evolução na cultura, pelos processos lícitos do aperfeiçoamento cívico, tendo, sem dúvida alguma, uma concepção peculiar do Estado e da sua moderna organização socioeconômica, propugnando o advento de uma nova democracia, de uma democracia orgânica. (A Tarde, Manaus, 4, nov. 1937, p. 1).

Dessa colocação é possível extrair duas coisas importantes: a primeira diz respeito à democracia que, para o colunista, se encontraria em marcha de mudanças de forma natural. Essa ponderação permite perceber que é nisto que reside o “orgânico” para ele, uma democracia que muda gradualmente, como se seguisse uma lógica, um fluxo contínuo dado o apoio do povo ao presidente nos atos diários.

O segundo ponto, estritamente ligado com o primeiro, é a desnecessidade de um poderio de violência para esta mudança; a dispensa de uso de armas não se faria preciso, neste caso, justamente porque é uma mudança orgânica, e o apoio ao regime se encontrava no “povo” – nesta situação representado pelos integralistas – prescindindo a imposição pela violência. Método esse – de imposição pela força – para a qual o autor alertara que seriam “impossíveis com a ordem estabelecida e com os interesses imprescritíveis da nação” (A Tarde, Manaus, 30 jul. 1937, p. 1). Neste sentido, o amparo que as forças militares prestaram a Vargas, para Péres, não era uma forma de imposição pela força senão “apoio vigilante e sereno patriotismo” (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1). Esse apoio significava uma busca pela ordem, a proteção da figura máxima do poder brasileiro – Getúlio Dorneles Vargas – que havia de controlar o comunismo que, de acordo com o Plano Cohen, se alastrava pelo país.

A “disseminação” do comunismo não é, necessariamente, a chave para o pensamento de democracia orgânica de Leopoldo Péres, mas à medida que esse sistema se transformasse, passaria pela estruturação de um estado centralizado e coeso que buscava a ordem e, nesse sentido, o comunismo era a maior desordem que visavam combater – juntamente com as desordens políticas internas – e justificador da implementação do novo sistema.

O golpe de Vargas é, portanto, “uma solução enérgica de autoridade e de ordem” (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1), uma vez que a corrida eleitoral estava corrompida e assim comprometia a “estabilidade do regime, ao equilíbrio e à segurança das instituições” (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1). A estabilidade do regime, nessa questão, seria a ideia de que a corrida eleitoral, da forma como ocorria, para o colunista, não se adequava às expectativas da vontade popular (A Tarde, Manaus, 11 nov. 1937, p. 1).



Adiantando-se nos debates a respeito das privações de liberdade, o colunista toca, de forma superficial, ainda em julho, sobre a mudança “na concepção jurídica da liberdade, à luz do novo sentido social do direito” (A Tarde, Manaus, 27 nov. 1937, p. 1), não se aprofundando sobre o assunto. Entretanto, com o advento do Estado Novo, ao tentar assentar esse conceito ao novo regime, o autor passa a expor um pouco mais sobre a ideia de liberdade, tão cara às democracias, da seguinte maneira:

a doutrina dos direitos do homem, como indivíduo social, e a concepção política do Estado, alicerçada, hoje ainda no conceito de democracia, mas da democracia construtiva que reajusta a liberdade nos quadros da lei, tudo condicionado ao bem estar coletivo e ao interesse supremo da Nação (A Tarde, Manaus, 18 nov. 1937, p. 1).

Por essa explicação é possível extrair que a liberdade poderia facilmente ser restringida a depender das necessidades da persecução da ordem, que dentro da lógica orgânica da democracia se faria possível, visto que a sua estrutura se baseava em uma característica de cessões mútuas – do Estado e do indivíduo –, para atingir interesses comuns (A Tarde, Manaus, 27 nov. 1937, p. 1), sendo esta lógica de cedência, ainda, a linha que demarcava a diferença entre: a democracia orgânica e as formas de governos autoritários e ditatoriais.

Apesar de suas elocubrações, é possível notar que a “democracia orgânica” era uma forma de talhar uma nova nomenclatura a um governo ditatorial centralizado que prescindia às decisões do povo, apesar de todo o esforço intelectual do autor de enquadrar as necessidades do povo sendo respondidas à medida de suas necessidades, dentro dessa dinâmica por ele concebida.

Assim como o dia 10 de novembro de 1937 marca o início da ditadura do Estado Novo, marca também para Leopoldo Péres – enquanto colaborador do jornal A Tarde – um novo momento: suas colunas, antes diárias com parcas ausências, começaram a ser publicadas em dias intercalados, demarcando o que seria o início do fim de suas publicações no periódico, uma vez que a partir do mês de dezembro o autor se ausentara do ofício no jornal. Dessa forma, pouco a pouco, os espaços no periódico vão sendo remodelados e ajustados para preencher a lacuna deixada por Péres. Contudo, os vieses de sua ideologia continuaram sendo difundidos em livros e discursos no decorrer do Estado Novo.

Considerações Finais



O interesse deste trabalho foi analisar parte da produção intelectual de Leopoldo Carpinteiro Péres, buscando compreender em qual sentido, dentro do espectro de intelectuais que faziam propagandas a Vargas, comportaram-se os discursos do colunista, tendo como fonte principal os textos publicados no jornal A Tarde, e tendo por objetivo analisar o viés anticomunista do autor, a exaltação que fazia ao Vargas e, por fim, sua concepção a respeito da democracia e como o Estado Novo se enquadrava nela.

A análise do periódico permitiu observar alguns pontos que, mesmo não sendo os objetivos do trabalho, situam a provável importância do autor no período em que vivia, ou ao menos, para o dono do jornal. Leopoldo Péres demarcava a primeira página do periódico, e as ausências dos escritos do autor causam estranhamento visual, visto que as colunas dele se diferiam das demais, tanto pelo tamanho e estrutura, quanto pelo nome e sobrenome do autor escritos em letras garrafais no fim do texto.

Essa estrutura diferenciada proporcionou ao colunista abertura para escrever sobre os diversos conteúdos, que frequentemente se misturavam e se justificavam. Um exemplo claro disso se observa nas colunas em que Leopoldo Péres trata sobre o comunismo; o colunista não tirava das suas construções os ideais do cristianismo, fosse falando abertamente sobre isso nas suas colunas ou realçando, aqui e ali, a natureza cristã ou demoníaca de seus objetos de análise.

Em muitos momentos o autor tece duras críticas ao que chama de “praga moscovita” no sentido de atribuir-lhe conotações satânicas que deveriam ser combatidas em prol dos princípios religiosos que seguia. Se falando sobre as coisas que desprezava Péres não economizava nas hostilidades, quando se punha a argumentar em prol das questões que concluía como boas, não lhe faltavam elogios, o que pode ser observado nas diversas colunas em que se propunha a dispensar elogios e defesas a Vargas.

Péres era, de fato, extremamente obstinado no que acreditava, e palavras não faltavam para defender ou atacar o que achava devido. Caso contrário não teria construído, defendido e alinhavado com tanta convicção os fatos que o levaram a desenvolver a ideia de democracia orgânica no Brasil, utilizando os fatos sociais para promover a lógica em que estruturava que a democracia em seu princípio mais puro e simples, de levar a cabo as necessidades do povo, não pereceria, mas se transmutaria organicamente tornando prescindível a intervenção dos representantes do povo, porque a nova democracia seria feita através da intermediação direta dos clamores do povo com o presidente da república.



As misturas dos conteúdos nos escritos de Péres podem ser corroboradas na análise geral dos objetivos desta pesquisa. O colunista constrói um pensamento em que é possível notar o alinhamento entre o anticomunismo, Vargas e a democracia orgânica. O anticomunismo era o mal que a população queria que fosse combatido, Vargas era a figura capaz de combatê-lo, e a democracia orgânica seria o regime em que os representantes se fariam desnecessários, visto que o chefe do Estado (Vargas) compreenderia e atuaria para atender as intenções da população (neste caso, a destruição do comunismo).

Tendo sido Leopoldo Péres um homem público ativo e prolífico em suas considerações a respeito das questões sociais, há, ainda, muito conteúdo a ser explorado, tanto em outros livros que tratam da realidade brasileira na visão do escritor, como quanto nas colunas do jornal A Tarde, dada a diversidade de temas e profundidade com a qual ele os tratava. As possibilidades são muitas, visto que ainda muito pouco se sabe sobre o intelectual e sua visão sobre o país em que vivia; e porque, como explica Antoine Prost, “a escrita da história nunca estará encerrada” (Prost, 2008 p. 80).

Data de Submissão: 02/07/2023

Data de Aceite: 21/09/2023

Referências

ABREU, Davi Monteiro; VASCONCELOS; Vanessa Andrade. O JORNAL A TARDE: um vespertino que será sempre o arauto das aspirações populares (1937). In: BARROS, Wanderlene de Freitas Souza Barros; MOURA, Anderson Vieira (orgs.). **Entre o autoritarismo e a modernização: Vargas e a Amazônia**. Curitiba: CRV, 2022.

ABREU, Davi Monteiro. **Uma “pretensa intentona”**: ANL, AIB e a cultura política anticomunista no estado do Amazonas (1935-1937). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

ABREU, Davi Monteiro. “Tudo é medíocre e feio na URSS”: representações anticomunistas na imprensa amazonense (1935-1937). **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 408-435, 2020.

BRANDI, Paulo. Plano Cohen. In: Centro De Pesquisa E Documentação De História Contemporânea Do Brasil. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-cohen>. Acesso em: 25 ago. 2022.

CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 167-178.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.



CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano; vol 2 – O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 113-150.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Leopoldo Carpinteiro Peres. *In*: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leopoldo-carpinteiro-peres>. Acesso em: 26 ago. 2022.

CRUZ, Heloisa de Farias; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. NA OFICINA DO HISTORIADOR: CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA. **Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 35, n. 2, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 25 out. 2023.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX**: 1914-1991. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bessanezi (org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MALUF, Sahid. **Teoria geral do Estado**. 35. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

NASCIMENTO, Darlos Fernandes do. **De Goiás (GO) para o mundo**: a atuação de Vellasco em defesa da democracia, do nacionalismo e dos trabalhadores. *In*: Anais do Fórum Goiano de Pós-Graduação em História & XII Seminário de Pesquisa UFG/PUC, Goiás, p. 155-167.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo. *In*: Helena Bomeny (Org.) **Constelação Capanema**: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 37-58.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos de 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O Brasil Republicano; vol. 2 – O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. *In*: SCHWARCZ, Lilia Moritz; Starling Heloisa Murgel (orgs). **Brasil**: uma biografia. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castello (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.